	INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL® ***Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército***

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90059/2026 – CONTRATAÇÃO 168005-172/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026PR000059

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL**, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, constituída pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº 01/2026, realizada em 28/01/2026, registrado perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCISDF, em 19/02/2026, conforme NIRE 53500000275 e sob nº 2968375, publicado no Diário Oficial União de 24/02/2026, Seção 1, páginas 15 a 21, arquivado e publicado na JUCISDF sob nº 2978251, em 27/02/2026, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis, classificada como Empresa Pública Dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e da Portaria nº 289, de 29/05/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, publicada no DOU, Seção I, de 30/05/2008, com capital integralmente subscrito pela **UNIÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 00.444.232/0001-39, com **SEDE** e foro na cidade de Brasília - Distrito Federal, localizada no Quartel General do Exército, Bloco "H", 3° Pavimento, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília - Distrito Federal, CEP: 70630-901, e com **FILIAL** denominada, FÁBRICA DE ITAJUBÁ – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.444.232/0007-24, Inscrição Estadual nº 324.219.741.0138, localizada na Av. Coronel Aventino Ribeiro N° 1099 - Bairro Imbel, CEP: 37.501-345, por intermédio de seu pregoeiro designado pela portaria n° 557-CHFI, de 29 de abril de 2026, realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço do item, com o fim de escolher a proposta mais vantajosa e realizar o registro de preços para futura e eventual execução do "serviços de Psicologia Ocupacional Organizacional, compreendendo a revisão para ratificação ou retificação do plano de ação da avaliação dos riscos psicossociais de laudo concluído, destinados aos empregados da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL – Fábrica de Itajubá" nos termos da lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, da instrução normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da instrução normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da lei complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Regulamento de Licitações e Contratos da Imbel – aprovado na 368ª reunião do CA/IMBEL®, aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste edital.

ATIVIDADE	DATA E HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA
DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DE CADASTRO DE PROPOSTAS	**03/09/2026 – 08:00**
DATA E HORÁRIO LIMITES PARA CADASTRO DE PROPOSTAS	**03/09/2026 – 09:00**
DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	**25/09/2026 – 09:01**
ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.gov.br/compras** UASG: 168005	

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual execução do "serviços de Psicologia Ocupacional Organizacional, compreendendo a revisão para ratificação ou retificação do plano de ação da avaliação dos riscos psicossociais de laudo concluído, destinados aos empregados da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL – Fábrica de Itajubá", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O credenciamento exigido nos arts. 9º a 11 do Decreto n. 10.024, de 2019, constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame – Parecer n. 129/2011/DECOR/CGU/AGU.

3.3. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância deste disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão somente os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor

familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.4. que se enquadrem nas vedações previstas nos Artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303, de 2016;

4.4.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5.9. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência em caso de fornecimento de bens de informática.

4.5.10. a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA ABERTURA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta às **09h01, do dia 25 de setembro de 2026(horário de Brasília-DF).**

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1° da LC n° 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1.Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.1.9. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema Compras.gov.br, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência, indicados no Termo de Referência.

6.1.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.1.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser, no mínimo, de:

– R$ 5,00 (cinco reais) quando o valor unitário for superior a R$ 100,00(cem reais)

– 5% (cinco por cento) quando o valor unitário for inferior a R$ 100,00(cem reais)

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata do item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
7.15. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
7.20.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.
7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos nesse Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
7.32. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o dispositivo no parágrafo único do art. 7° e no § 9° do art. 26 do Decreto n° 10.024/2019.
7.33. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.33.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.34. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentem sua suspeita.
7.35. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
7.36. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 horas (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.37. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
7.38. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
7.39. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação(quando aplicável).
7.40. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.40.1. As amostras, quando solicitadas, deverão ser enviadas com Nota Fiscal Eletrônica de REMESSA DE AMOSTRA GRÁTIS, em embalagem original do produto, A/C da Seção de Compras.

7.40.2. O não envio do material solicitado poderá acarretar a desclassificação do licitante para o item.

7.41. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.41.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.41.2. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.41.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.41.4. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco)dias quando for o caso, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.41.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.42. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.42.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.43. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
7.44. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.45. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.45.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.45.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.46. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.47. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2. SICAF;

8.2.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.4.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de inabilitação.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7.2. Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.8 Habilitação jurídica:

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

8.8.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.8.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.8.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, cumprindo informar que o artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. A comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente (estadual ou municipal) considerará a natureza da atividade, objeto da licitação. A exigência de inscrição no cadastro estadual decorre do âmbito da tributação incidente sobre o objeto da licitação; tratando-se de compras incide o ICMS, tributo estadual;

8.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei, conforme dispõe a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, que: “Art. 13. A Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal, junto ao SICAF, do fornecedor considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante a inserção no sistema da declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.”;

8.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Comprovação de aptidão para execução de serviços de engenharia compatíveis com o objeto em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.1.1.1. De que a licitante já tenha executado serviços pertinentes e compatíveis com os deste certame na quantidade de pelo menos 50% ao quantitativo estimado desta licitação.

10.2. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício. A apresentação do Certificado

de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

10.2.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.2.1.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.3.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.6. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.7. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
11.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
11.6. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei; (art. 12º, Inciso II da Lei nº 14.133/21).

11.6.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, no máximo duas casas decimais.

11.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
11.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
11.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
11.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.
12.2. Havendo quem manifeste intenção de recurso, o sistema aceitará automaticamente.

12.2.1 A partir do cadastro de intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
12.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicado o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo da validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinada digitalmente e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitantes(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. Será incluído na ata, sob forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 31 da Lei 13.303/2016;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.1.1. A teor do Art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, aplicável subsidiariamente à modalidade pregão, o termo de contrato é facultativo nas contratações com valor de até 50.000,00 (cinquenta mil reais), e nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos. Assim, não havendo termo de contrato, este poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos quais deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do edital de licitação.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
17.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
17.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
17.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.5.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei 13.303/2016, Lei nº 14.133/2021 e Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®;

17.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na cláusula 19 do contrato e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma cláusula contratual.

17.6. O prazo de vigência da Contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
17.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.7.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.7.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.7.3. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. A avença a ser firmada poderá sofrer reajuste de preços, obedecendo à seguinte regra:

18.1.1. o primeiro reajustamento poderá ocorrer após decorridos 12 (doze) meses, contados a partir da data efetiva da proposta de preços;

18.1.2. os reajustes subsequentes ocorrerão decorridos 12 (doze) meses, a contar da data do primeiro reajustamento;

18.1.3. será admitido pela Administração o reajustamento com base no índice do IPCA, sobre o valor praticado no contrato;

18.1.4. caso ocorra a extinção do índice fixado pela Administração, as partes em comum acordo, elegerão novo índice para reajuste;

18.1.5. o preço contratado será reajustado para mais ou para menos, de acordo com a variação do índice indicado no item 18.1.3. com base na fórmula abaixo, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano (12 meses), contados da data limite para apresentação da proposta (redação dada pelo Decreto nº 1.110, de 13/04/1994) - Decreto nº 1054, de 07/02/1994:

I - Io

R = V _____, onde:

Io

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I= índice relativo à data do reajuste

18.1.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

19.1.1. Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por empregado ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 81 da Lei 13.303/2016.

19.1.2. Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

§1° Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§2° O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§3° O prazo a que se refere a alínea "b" deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, conforme o disposto no artigo 182 § 3° do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®.
§4° Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não ser, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à IMBEL® nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
19.2. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:
I - gêneros perecíveis e alimentação preparada;
II - serviços profissionais;
III - obras e serviços de valor até o previsto no inciso I do art. 32 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
Parágrafo Único. Nos casos deste artigo, o recebimento será feito mediante recibo.
19.3. Salvo disposições em contrários constantes do edital, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.
19.4. A IMBEL® rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, inclusive quanto às características dos materiais.
Parágrafo Único. Em havendo divergência entre quantidade do objeto contratado em relação ao material entregue, a IMBEL® comunicará à contratada, que deverá providenciar a entrega do material faltante, sem custos adicionais à contratante.
19.5. O recebimento de material cujo valor seja superior ao dobro do valor estabelecido no inciso II do artigo 32 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL® deverá ser realizado por comissão especialmente constituída de, no mínimo, três membros.
19.6. O objeto desta licitação deverá ser entregue na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FI – Av. Cel. Aventino Ribeiro, 1.099, Bairro Imbel, Itajubá-MG, CEP: 37501-345, após o recebimento da respectiva Nota de Empenho, dispondo o contratado do prazo conforme termo de referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. Das obrigações da Contratada:

20.1.1. Nomear e manter preposto, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo na execução do mesmo.

20.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

20.1.3. Reparar quaisquer danos direta ou indiretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais ou preposto.

20.1.4. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

20.1.5. Cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas.

20.1.6. Encaminhar ao Fiscal do Contrato as notas fiscais/faturas do material entregue, emitidas em igualdade com a NE.

20.1.7. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas.

20.1.8. O não cumprimento das condições de habilitação previstas no item anterior, poderá ensejar a rescisão do contrato, além de sanções disciplinares, garantido o contraditório e ampla defesa.

20.2. Das Obrigações da Contratante:

20.2.1. Nomear Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato Titular Substituto, conforme o Art. 172 do Regulamento de Licitações e contratos da IMBEL®, para acompanhar, fiscalizar todas as tratativas de ordem administrativas e técnicas inerentes ao contrato, bem como todos os acordos firmados em decorrência da prestação dos serviços a execução do contrato.

20.2.2. Receber o objeto entregue pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

20.2.3. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega do material para adoção das providências de saneamento.

20.2.4. Cumprir os prazos e obrigações financeiras estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências por parte da Contratada.

20.2.5. Gerenciar e fiscalizar a execução do contrato, de forma a garantir o fiel cumprimento de suas cláusulas.

20.2.6. Recusar recebimento de qualquer bem que estiver em desacordo com as condições e as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

20.2.7. Emitir termos circunstanciados de recebimento provisório, de recebimento definitivo ou de recusa dos serviços relacionados ao objeto contratado.

20.2.8. Aplicar à Contratada, se necessário, as sanções administrativas e contratuais cabíveis, garantida a ampla defesa e contraditório.

20.2.9. Manter o histórico de gerenciamento do contrato nos autos do processo de fiscalização, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem cronológica.

20.2.10. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

20.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

20.2.12. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em livro de registro das ocorrências as falhas detectadas.

20.2.13. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da atestação, após a entrega da Nota Fiscal / Fatura, observada a aceitabilidade do objeto licitado, devidamente atestada pelo setor competente.

21.2. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SICAF (via ON LINE); no portal do TST, quanto à Certidão Negativa de Dívidas Trabalhistas; no portal do CNJ, quanto à condenação por Improbidade Administrativa; ao CADIN; ao Portal da Transparência; e ao Portal do TCU, para a verificação de empresa inidônea, devendo a contratada estar com toda a sua documentação obrigatória válida.

21.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal / Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a IMBEL® por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.
21.4. A Nota Fiscal deverá conter as mesmas especificações da Nota de Empenho emitida pelo contratante.
21.5. A empresa vencedora ao emitir a Nota Fiscal, conforme a Nota de Empenho deverá discriminar no corpo do documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidas na operação, a fim de atender a determinação da Instrução Normativa IN SRF n° 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pela Instrução Normativa IN SRF n° 539, de 25 de abril de 2005, que trata da retenção de Impostos e Contribuições Federais.
21.6. Diante da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela IMBEL®, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)/365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

21.7. Quando for o caso, serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto nº 10.024/2019, em seu art. 49, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
22.1.3. Apresentar documentação falsa;
22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
22.1.6. Não mantiver a proposta;
22.1.7. Cometer fraude fiscal;
22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

22.1.9. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.1.10. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação. Quanto ao enquadramento como ME/EPP ou conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.1.11. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.1.12. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

22.1.13. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho.

22.1.14. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato ou por atraso na entrega do objeto, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da avença no caso da recusa na assinatura do contrato; e

22.1.15. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de situação irregular de habilitação por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho.

22.1.16. Multa de 15% (quinze por cento), pela inexecução total ou parcial do serviço contratado incidente sobre o valor do material não entregue, por período superior a 30(trinta) dias.

22.1.17. A multa aplicada, não impede que a IMBEL® rescinda o contrato ou aplique outras sanções previstas em lei.

22.1.18. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (guia de recolhimento da União), no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do dia útil imediato ao recebimento da notificação enviada pela IMBEL® e o recibo entregue na Divisão Administrativa Financeira da IMBEL®.

22.1.19. Em caso de não pagamento da multa pelo licitante, a mesma será cobrada judicialmente pela IMBEL®.

22.1.20. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou Unidade Administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

22.1.21. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

22.1.22. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

22.1.23. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.1.24. Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.1.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.1.26. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.1.27. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.1.28. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, Decreto 10.024/2019, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.1.29. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.1.30. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto 11.462/2023.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por meio eletrônico, pelo e-mail **roseane.fi@imbel.gov.br; aureo.fi@imbel.gov.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Cel Aventino Ribeiro, n° 1099, Bairro Imbel, Itajubá – MG, CEP: 37.501.345, Seção de Aquisições e Licitações e Contratos.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos **www.gov.br/compras**, e **www.imbel.gov.br** e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **Avenida Cel. Aventino Ribeiro, n° 1099, Bairro Imbel, Itajubá/MG, CEP: 37.501-345**, nos dias úteis, no horário das, **08h** às **15h30**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência.
ANEXO II – Modelo Proposta de Preços
ANEXO III – Minuta de ARP (Ata de Registro de Preços)
ANEXO IV – Relação da Empresa Beneficiária do Registro de Preços
ANEXO V – Modelo de Contrato

....., ... de ..... de 20..…

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL®

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL®
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026PR000059
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026 (SRP)

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de "serviços de Psicologia Ocupacional Organizacional, compreendendo a revisão para ratificação ou retificação do plano de ação da avaliação dos riscos psicossociais de laudo concluído, destinados aos empregados da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL – Fábrica de Itajubá", conforme as condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant. de Parecer Técnico	Valor R$
1	A CONTRATADA deverá executar, serviços técnicos especializados de análise das informações do plano de ações constantes no Laudo de Avaliação de Riscos Psicossociais, elaborado pela empresa Prevenção Medicina e Segurança no Trabalho, concluído em abril de 2026, no âmbito do Processo Licitatório nº 2024PR000050. Para a execução dos serviços, a CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA o referido laudo e demais informações necessárias. O profissional designado deverá: . Analisar tecnicamente as conclusões e o Plano de Ações constantes no Laudo de Avaliação de Riscos Psicossociais; . Avaliar a viabilidade técnica, operacional e organizacional das ações propostas no Plano de Ação; . Quando identificar ações inviáveis, insuficientes ou incompatíveis com a realidade da CONTRATANTE, apresentar proposta de adequação, substituição ou complementação das medidas, devidamente fundamentada em critérios técnicos e na legislação aplicável; . Emitir Parecer Técnico Conclusivo, contendo, no mínimo: . análise crítica das conclusões do plano de ação do laudo; . manifestação quanto à exequibilidade de cada ação proposta; . justificativas técnicas para eventuais alterações ou recomendações no plano de ação; . propostas de ações complementares ou substitutivas, quando necessárias; e . conclusão técnica visando subsidiar a implementação das medidas de gerenciamento dos planos de ação para os riscos psicossociais pela CONTRATANTE. **Totalizando 157 GHEs e 611 empregados (podendo ter mudança)**	Serv.	1	

1.2 ESCOPO

1.2.1 Realizar a análise técnica do Plano de Ação constante no Laudo de Avaliação de Riscos Psicossociais, contemplando todos os Grupos Homogêneos de Exposição (GHEs) avaliados totalizando 157, com um efetivo de 611 empregados podendo modificar, verificando se as medidas propostas do plano de ação são compatíveis com os riscos psicossociais identificados, com as atividades desenvolvidas em cada GHE e com os requisitos legais e técnicos aplicáveis.

1.2.2 A análise deverá considerar, no mínimo, os seguintes referenciais técnicos e normativos, observadas suas versões vigentes à época da execução dos serviços:

- Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO);
- Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis;
- Metodologia HSE-IT utilizada na avaliação dos fatores de riscos psicossociais;
- Escala de Estresse de Zille (2019), quando utilizada como referência no laudo;
- ABNT NBR ISO 45003:2021 – Gestão da saúde e segurança psicológica no trabalho;
- Demais normas, legislações, diretrizes técnicas e boas práticas vigentes aplicáveis à gestão dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

1.2.3. Quando constatado que as ações propostas no Plano de Ação são tecnicamente adequadas, exequíveis e compatíveis com os riscos identificados e com os referenciais normativos aplicáveis, a CONTRATADA deverá emitir Parecer Técnico de Aprovação, manifestando-se favoravelmente à manutenção das medidas propostas.

1.2.4. Caso sejam identificadas inconsistências, insuficiências, inadequações técnicas ou não conformidades nas ações previstas no Plano de Ação, a CONTRATADA deverá emitir Parecer Técnico Ratificativo, contendo análise técnica fundamentada e propondo as adequações, substituições ou complementações necessárias, de forma a assegurar a conformidade com a legislação vigente, os referenciais técnicos aplicáveis e as boas práticas de gerenciamento dos riscos psicossociais.

1.2.5. A empresa contratada para realizar a ratificação e/ou retificação dos itens constantes do Plano de Ação decorrente do Laudo de Avaliação dos Riscos Psicossociais não poderá possuir qualquer vínculo societário, comercial ou de parentesco entre seus sócios, representantes ou responsáveis técnicos e a empresa responsável pela elaboração do referido Plano de Ação, de modo a assegurar a independência, a imparcialidade e a isenção na execução dos serviços.

1.2.6 Qualificação Técnica: Os profissionais indicados pela CONTRATADA para a execução dos serviços deverão possuir registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP) e comprovar formação especializada e/ou experiência profissional na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), mediante documentação pertinente. O profissional responsável pela análise técnica e pela emissão do respectivo parecer deverá, obrigatoriamente, possuir registro ativo no CRP, bem como comprovar especialização e/ou experiência compatível com o objeto da contratação, especialmente em Psicologia Organizacional e do Trabalho.

1.2.7. A empresa contratada declara que todas as informações contidas nos documento serão utilizadas exclusivamente para fins de saúde e segurança ocupacional, em conformidade com o art. 7º, II, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD), sendo vedada sua divulgação sem autorização formal da Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL / Fábrica de Itajubá.

1.3 Descrição grupo homogêneo de exposição (ghe), setor, atividades e número de empregados.

GHE	SETOR	ATIVIDADE	N° de empregados
1	ARI/FI Advocacia Regional IMBEL/Fabrica Itajubá (escritório)	ADVOGADO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	4
2	CHEFIA DE FÁBRICA (escritório)	CHEFE DE UNIDADE / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	2
3	DVADM/SECONT Divisão Administrativa/Seção de Contabilidade (escritório)	ESPECIALISTA / ANALISTA ESPECIALIZADO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	3
4	DVADM/SEFIN Divisão Administrativa/Seção de Financeira (escritório)	CHEFE ADM FINANCEIRO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	4
5	DVADM/ADM SEPAL Divisão Administrativa/ Administração Seção de Preparação de Alimentos	ANALISTA ESPECIALIZADO / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2
6	DVADM/SEPAL/ESTOQUE Divisão Administrativa/ Seção de Preparação de Alimentos/Estoque (estoque - refrigeração)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	2
7	DVADM/SEPAL/PREPARO CARNES Divisão Administrativa/ Seção de Preparação de Alimentos/ Preparo de Carnes	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	1
8	DVADM/SEPAL/COCÇÃO Divisão Administrativa/ Seção de Preparação de Alimentos/Cocção	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
9	DVADM/SEPAL/CASSINO Divisão Administrativa/ Seção de Preparação de Alimentos/ Cassino (Refeitório A)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	9
10	DVADM/SEPAL/PREPARO HORTIFRUTI/HIGIENIZAÇÃO Divisão Administrativa/ Seção de Preparação de Alimentos/ Preparo de Hortifruti e Higienização	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	10
11	DVADM/SEPAL/LIMPEZA/INS 40% A14 BIOLOGICO Divisão Administrativa/ Seção de Preparação de Alimentos/ Limpeza do local (serviços gerais, exceto banheiro)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	1
12	DVADM/SEPAT Divisão Administrativa/ Seção de Patrimônio (escritório)	SUPERVISOR / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	2
13	DVADM/SESEG/VIGILÂNCIA Divisão Administrativa/ Seção de Segurança Patrimonial/ Vigilância (Portaria / sala de monitoramento)	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1
14	DVADM/SESEG/VIGILÂNCIA/ADM Divisão Administrativa/ Seção de Segurança Patrimonial/ Vigilância/Administrativo	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / MILITAR	1
15	DVADM/SESEG/VIGILÂNCIA/PER A3 PATRIMONIAL	GUARDA DE SEG. PATRIMONIAL	0

	Divisão Administrativa/ Seção de Segurança Patrimonial/ Vigilância/ (Operacional -realiza rondas)		
16	DVADM/SETI Divisão Administrativa/ Seção de Tecnologia da Informação (escritório)	ANALISTA ESPECIALIZADO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	4
18	DVADM Divisão Administrativa (escritório)	CHEFE DE DIVISÃO	3
19	DVADM LIMPEZA Divisão Administrativa/ Limpeza (serviços gerais, exceto banheiro)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	2
20	DVADM/LIMPEZA/INSALUBRIDADE 20% A14 BIOLOGICO Divisão Administrativa/ Limpeza (posto médico, exceto banheiro)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	1
21	DVAP/SALC Divisão de Apoio/ Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (escritório)	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	12
22	DVAP/SEEXP/EXPEDIÇÃO Divisão de Apoio/ Seção de Expedição (escritório - movimentação de produtos)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / AUX TÉCNICO IND / AUX TÉCNICO ADM / CHEFE DA SEÇÃO DE EXPEDIÇÃO	3
23	DVAP/STRNP/MOTORISTAS/PER Divisão de Apoio/ Seção de Transporte (escritório e veículos)	CHEFE DA SEÇÃO MOTORISTA	3
24	DVAP Divisão de Apoio (escritório)	CHEFE DE DIVISÃO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	1
25	DVAPRO/SEME/PER A4 ELÉTRICA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Elétrica (escritório e oficinas)	CHEFE DE DIVISÃO / ESTAGIÁRIO / ENGENHEIRO / AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	8
26	DVAPRO/SEME/PER A4 ELÉTRICA US1 Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Elétrica /Usinagem 1	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
27	DVAPRO/SEME/PER A4 ELÉTRICA US3 Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Elétrica /Usinagem 3	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
28	DVAPRO/SEMM Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Mecânica (escritório e oficinas)	APRENDIZ/ TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	4
29	DVAPRO/SEMM/EMPILHADERISTA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Mecânica/Empilhadeira	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
30	DVAPRO/SEMM/PER A4 ELÉTRICA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Me-	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / AUXILIAR TÉCNICO IN-	7

	cânica/ Elétrica (bancada e operacional)	DUSTRIAL / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	
33	DVAPRO/SEMM/INS 40% A13 QUÍMICO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Mecânica/ (Operacional)	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
36	DVAPRO/SEMNT/CARPINTARIA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/ Carpintaria (operacional, setor e fora)	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
37	DVAPRO/SEMNT/ENCANADOR Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/Encanador (operacional)	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
38	DVAPRO/SEMNT/CIVIL/ALMOXARIFADO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/Civil/Almoxarifado (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
39	DVAPRO/SEMM/ETA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Mecânica/Estação de Tratamento de Água (operacional, serviço e manutenção)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
41	DVAPRO/SEMM/INS 40% A14 BIOLÓGICO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Mecânica (operacional - Estação de Tratamento de Efluente Sanitário)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / TEC INDUSTRIAL ESPECIALISTA	4
43	DVAPRO/SEMM/ETEI/QUÍMICO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção Mecânica/Estação de Tratamento de Efluente Industrial/ Químico (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
44	DVAPRO/SEMNT/LIMPEZA EXTERNA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/ Limpeza (vias trânsito, gramados entre outros)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	1
45	DVAPRO/SEMNT/ESG/INS 40% A14 BIOLÓGICO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/Esgoto (operacional)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL / AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	3
46	DVAPRO/SEMNT/PEDREIRO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/Pedreiro (operacional)	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
49	DVAPRO/SEMNT/PINTURA/INS 40% A13 QUÍMICO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/Pintura (operacional pintura)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL / AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	2
50	DVAPRO/SEMNT/LIXO/INS 40% A14 BIOLÓGICO Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/ Lixo (operacional coleta de lixo)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
51	DVAPRO/SEMNT/SERVENTE Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/Servente (operacional, soprador, rastelar e outros)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
52	DVAPRO/SEMNT/TRATORISTA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/ Tratorista (operacional)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	1
53	DVAPRO/SEREPI/PER A4 ELÉTRICA	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRI-	2

	Divisão de Apoio a Produção/Seção de Rede Elétrica Piquete-Itajubá (operacional oficina geradora, subestação barragem)	AL / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	
54	DVAPRO/SEREPI/PER A4 ELÉTRICA GE Divisão de Apoio a Produção/Seção de Rede Elétrica Piquete-Itajubá / Geração de Energia (painel geradora, gerador)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	11
55	DVAPRO/SEREPI/PER A4 ELÉTRICA MM Divisão de Apoio a Produção/Seção de Rede Elétrica Piquete-Itajubá/Manutenção Mecânica (Bancada - operacional oficina e geradora, subestação)	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
56	DVADM/SEPAL/SEREPI/COCÇÃO Divisão Administrativa/ Administração Seção de Preparação de Alimentos/Seção de Rede Elétrica Piquete-Itajubá/Cocção (operacional)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	1
57	DVAPRO/SEREPI/PER A4 ELÉTRICA SG Divisão Administrativa/ Administração Seção de Preparação de Alimentos/Seção de Rede Elétrica Piquete-Itajubá/Serviços Gerais (operacional, linha de transmissão / duto forçado, aceiro, serviços gerais (pintura, motosserra e outros)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	4
58	DVAPRO/ADMINISTRATIVO Divisão de Apoio a Produção/Administrativo (escritório).	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL APRENDIZ	9
59	DVENG/PRODUTO/PROCESSO Divisão de Engenharia/Produto/Processo (escritório - oficina)	ASSESSOR / ENGENHEIRO / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	31
60	DVENG/SEPD/OFICINA Divisão de Engenharia/Seção de Produto/Oficina (operacional, máquinas (Torno, fresa e outras)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO / ENGENHEIRO	1
61	DVENG/ADM/ARQ TÉCNICO Divisão de Engenharia/Administração/Arquivo Técnico (escritório)	TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	2
63	DVPCP/SECCI Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Custos Industriais (escritório)	TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	2
64	DVPCP/SEMAT/ADMINISTRATIVO Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Materiais/Administrativo (escritório)	SUPERVISOR / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2
65	DVPCP/SEMAT/ESTOQUE Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Materiais/Estoque (Operacional- movimentação de materiais)	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	11
66	DVPCP/SEMAT/LIQUIDAÇÃO Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Materiais/Liquidação (escritório)	TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	1
68	DVPCP/SEMAT/PER A1 EXPLOSIVO Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Materiais/Explosivo (Área com pólvora -Paiol)	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
69	DVPCP/SEMAT/PER A2 INFLAMÁVEIS	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUS-	1

	Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Materiais/Inflamáveis (armazenamento e transporte inflamáveis)	TRIAL	
70	DVPCP/SEMAT/RECEBIMENTO Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Materiais/Recebimento (escritório e Movimentação de produtos)	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
71	DVPCP/SEMER Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Mercado (escritório)	ANALISTA ESPECIALIZADO / TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3
73	DVPCP/SEPLJ/ADMINISTRATIVO Divisão de Planejamento e Controle Produção/Seção de Planejamento/Administrativo (escritório)	TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	7
76	DVPRO/SEPRO/FORJAS/OP/INS 20% A3 CALOR Divisão de Produção/Seção de Produção/Forjas/Operacional (Martelo de queda, Forno e Prensa)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	4
77	DVPRO/SEPRO/MTG/ADMINISTRATIVO Divisão de Produção/Seção de Produção/ Montagem/ Administrativo (escritório)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
78	DVPRO/SEPRO/MTG/EMBALAGEM Divisão de Produção/Seção de Produção/ Montagem/ Embalagem (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
79	DVPRO/SEPRO/MTG/GRAVACAO/LASER Divisão de Produção/Seção de Produção/Montagem/ Gravação/Laser (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
80	DVPRO/SEPRO/MTG/GRAVACAO/PINSTAMP Divisão de Produção/Seção de Produção/Montagem/ Gravação/Pinstamp (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
82	DVPRO/SEPRO/MTG/OPERACIONAL Divisão de Produção/Seção de Produção/Montagem (operacional - Automator, Dispositivo de MTG cano peça 4 na 2, Dispositivo de MTG cano peça C23, Dispositivo para atarraxar canos, Fresadora, Furadeira manual, Furadeira Arvore, Maquina de ciclagem, Parafusadeira, Pinstamp gravação a laser, Prensa, seladora, paleteira, Embalagem, Bancadas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 34 (montagem de conjunto armamento)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	19
83	DVPRO/SEPRO/MTG/PER A1 EXPLOSIVO Divisão de Produção/Seção de Produção/Montagem (recarga de munição)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	7
85	DVPRO/SEPRO/MTG/TRANSP.INTERNO Divisão de Produção/Seção de Produção/Montagem (Transporte Interno)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
87	DVPRO/SEPRO/SBS/OPERACIONAL Divisão de Produção/Seção de Produção/ SABRES/ Administrativo/ Operacional (Furadeira arvore, Morsa, Esmeril, prensa manual "automator", máquina de costura, politriz dupla, brochadeira, prensa cremalheira, prensa excentrica 45T, 100T e 130T, paleteira, máquina manual	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	27

	de solda, fresa poliforte, injetora, moinho de polimeros e ferro de corta a quente)		
88	DVPRO/SEPRO/SBS/SOLDA Divisão de Produção/Seção de Produção/SABRES/Solda (local da solda - máquina de solda, dispositivo de solda, solda MIG)	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	3
89	DVPRO/SEPRO/SEFER/ADM/OPER Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Administrativo/operacional	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO / AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
90	DVPRO/SEPRO/SEFER/ADMINISTRATIVO Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Administrativo (escritório)	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	1
91	DVPRO/SEPRO/SEFER/AFIAÇÃO Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Afiação (operacional - afiadoras - cruzeiro, loewe, nassovia, studer, cincinnati, schute, itatiaia e sulmecanica)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	7
92	DVPRO/SEPRO/SEFER/ALMOXARIFADO Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Almoxarifado (operacional)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	1
93	DVPRO/SEPRO/SEFER/CD Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Centro de Dispositivo (operacional)	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
94	DVPRO/SEPRO/SEFER/CENTRO DE FURAÇÃO/ CNC Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Centro de furação/ CNC (operacional - MARGL 240, ANCA, RENISHAW E ELETROEROSÃO)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	2
95	DVPRO/SEPRO/SEFER/CORTEMP Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/ Corte de Matéria prima (operacional)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	1
96	DVPRO/SEPRO/SEFER/DISTRIBUIÇÃO Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Centro de furação/ Distribuição (operacional)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	1
97	DVPRO/SEPRO/SEFER/FRESA Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Fresadora (operacional - DIPLOMAT, DECKEL, NP, SMV, copiadora hidraulica e morgon)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	7
98	DVPRO/SEPRO/SEFER/LIMPEZA Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Limpeza (serviços gerais, exceto banheiro)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	1
99	DVPRO/SEPRO/SEFER/MATRIZ Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Matriz (operacional - prensa manual cremalheira SMV, chaveteira tratmetal)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	3
100	DVPRO/SEPRO/SEFER/RETIFICA CILÍNDRICA Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Retifica Cilíndrica (operacional - STUDER, STRAUSAK, FERDIMAT, MELLO E BEGRA)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	4

101	DVPRO/SEPRO/SEFER/RETIFICA MOORE Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Retifica Moore (operacional - broqueadeira)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	1
102	DVPRO/SEPRO/SEFER/RETIFICA PLANA Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Retifica Plana (operacional - FERDIMAT, JONES)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	4
103	DVPRO/SEPRO/SEFER/TORNO Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Torno (operacional - IMOR, NILES, VDF e LOEWE)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRIAL	3
105	DVPRO/SEPRO/TTS/BANCADA Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Bancadas (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	5
108	DVPRO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL ANODIZAÇÃO Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Anodização (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
109	DVPRO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL BANHO FOSFATIZAÇÃO Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Banho de Fosfatização (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
110	DVPRO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL CROMAGEM Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Cromagem (Galvanoplastia operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
111	DVPRO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL DESENGRAXE E DECAPAGEM Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Desengraxe e Decapagem (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
112	PROVO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL JATEAMENTO Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Jateamento (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
113	PROVO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL OXIDAÇÃO Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Oxidação (banho oxidação aço-carbono e aço inox, operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
114	PROVO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL PINTURA Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Pintura (cabine de pintura, operacional)	AUX TEC INDUSTRIAL OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
115	PROVO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL POLIMENTO Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Polimento (politriz, operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4
116	PROVO/SEPRO/TTS/OPERACIONAL TAMBOREAMENTO Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Superficial/Operacional Tamboreamento (operacional)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
118	PROVO/SEPRO/TTT/ADMINISTRATIVO Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Térmico/Administrativo	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	2
120	PROVO/SEPRO/TTT/OPERACIONAL	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUS-	6

	Divisão de Produção/Seção de Produção/Tratamento Térmico/Operacional (Bancadas, Jateamento de granalha, Fornos, plataforma zeloso, politriz)	TRIAL	
122	PROVO/SEPRO/US1/ADM/OPER Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem1/ Administrativo/Operacional	ENGENHEIRO	1
123	PROVO/SEPRO/US1/ADMINISTRATIVO Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem1/ Administrativo	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1
125	PROVO/SEPRO/US1/OPERACIONAL Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem1 (operacional - CNC Akira, Alargadeira Loewe, Automator, CNC Romi D560, CNC Bridgeport, Brochadeira, CNC Romi D600, Desempenadora de cano, Desempeno Loewe, CNC DMG, Torno Ergomat, CNC Eurostec DP500, CNC Famup, Frezadora Horizontal LOEWE MOD. FH, Frezadora Vertical LOEWE, Freza Rouchaud, Torno Horizontal CNC ROMI MOD.G240, Torno Automático CNC Horizontal GL240, CNC Grob G300, CNC Grob G350, CNC HYUNDAI KV25p, Torno Mecânico de Bancada LOEWE, Chaveteira universal TRATMETAL (mortejadora), Prensa manual de Cremalheira SMV CAP, Maquina de Retificar Universal marca TOS, Retífica KellenBerger, CNC Vertical ROMI, Torno Horizontal CNC ROMI GALIXI 30, Toro CNC GILDEMESITER SPEED, Centro de Torneamento CNC ERGOMAT TND 400, Torno Mecânico MARCA IMOR MOD MIP IV, Torno Mecânico MARCA IMOR MOD R 400, Torno Koreano e Torno Romi Centur 30D.	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	85
126	PROVO/SEPRO/US1/OPERACIONAL GFM Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem1 (operacional - GFM (alongamento de cano a frio)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
127	PROVO/SEPRO/US1/OPERACIONAL MAGNOFLUX Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem1 (operacional - Magnoflux, método de inspeção por líquido penetrante é um ensaio não destrutivo)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
128	PROVO/SEPRO/US2/ADM/OPER Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem2/ Administrativo/Operacional	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
129	PROVO/SEPRO/US2/ADMINISTRATIVO Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem2/ Administrativo	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1
131	PROVO/SEPRO/US2/OPERACIONAL Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem2/ Operacional - Brochadeira, CNC AKIRA, Esmeril ALNORMA, Fresadora horizontal (LOEWE, CICINATTI, ROUCHAD, AZERF), fresadora universal (SANCHES, FUH4, DIPLOMAT), fresadora especial CARL HURTH, fresadora duplex CINCINNATTI, fresadora vertical LOEWE, fresadora ASTLASMAQ, Furadeira múltipla (MELO, LOEWE, 4 cabeçotes), furadeira horizontal de precisão (SMV, ELDORADO), Torno (CARL AUERBACH, GILDEMESITER, POLIMAC, LOEWE), La-	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	23

	minadora THOMMEN, Rosqueadeira DAUER alargadeira, retifica plana BLANCHARD, mortejadora (Tratmetal, loewe), tamboreamento		
132	DVPRO/SEPRO/US3/ADM/OPER Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem3/ Administrativo/Operacional	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
135	DVPRO/SEPRO/US3/OPERACIONAL Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem3/ Operacional (fresadora LOEWE, CINCINNATI, SANCHES BLANES, MIVAL), morsa, prensa manual, laminadora MACAPRE, maquina de soldar por ponto ROGER, politriz coluna METASIL, Retifica (FERDIMAT, BLANCHARD), retifica cilíndrica hostivar, retifica universal norton, Furadeira, Torno (IMOR e ERGOMAT), Laminadora, Rebitadeira, tamboreador	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	39
136	DVPRO/SEPRO/US3/OPERACIONAL CORTES Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem3/ Operacional (guilhotina EHT, serra fita STARRET, tesourão, policorte TAUCO)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
140	DVPRO Divisão de Produção (escritório)	ASSESSOR ESPECIAL	1
143	DVQN/ASSISTÊNCIA TÉCNICA INS 40% Divisão de Qualidade e Normalização/Seção de Assistência Técnica (operacional Bancada e Teste de tiro)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / TECNICO ADM ESPECIALIZADO	1
145	DVQN/SEGQ/EST TIRO TÚNEL Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Estande de tiro Túnel (operacional - Teste de armamento)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	4
148	DVQN/SEGQ/LABORATORIO RECEBIMENTO Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Laboratório de Recebimento (operacional - Análise de amostras, máquinas de ensaio)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	3
149	DVQN/SEGQ/METROLOGIA Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Metrologia (escritório e operacional - Teste em equipamentos de precisão)	AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO / ENGENHEIRO	7
150	DVQN/SEGQ/INSPEÇÃO MTG Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Inspeção Montagem (operacional - bancada)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
151	DVQN/SEGQ/REVISÃO FINAL Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Revisão Final (operacional - bancada)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
152	DVQN/SEGQ/INSPEÇÃO SBS Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Inspeção SABRES (operacional - bancada)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
153	DVQN/SEGQ/INSPEÇÃO TTS Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Inspeção Tratamento superficial (operacional - bancada)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
154	DVQN/SEGQ/INSPEÇÃO TTT	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUS-	2

	Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Inspeção Tratamento Térmico (operacional - bancada)	TRIAL	
155	DVQN/SEGQ/INSPEÇÃO SEPRO US1 Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Inspeção Divisão de Produção/Seção de Produção/Usinagem1 (operacional - bancada)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	8
156	DVQN/SEQN/ADMINISTRATIVO Divisão de Qualidade e Normalização/Seção de Qualidade e Normalização/ Administrativo (escritório)	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO / AUXILIAR TÉCNICO INDUSTRIAL	5
158	DVQN Divisão de Qualidade e Normalização	Assessor	1
160	DVRH/SAPES/APONTADORIA Divisão de Recursos Humanos/ Seção de Administração Pessoal/ Apontadoria (escritório)	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	2
161	DVRH/SAPES/CET Divisão de Recursos Humanos/ Seção de Administração Pessoal/ Centro de Treinamento (escritório)	SUPERVISOR / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3
162	DVQN/SEMA/ADMINISTRATIVO Divisão de Recursos Humanos/ Seção de Meio Ambiente/ administrativo (escritório, deposito de resíduos)	TECNICO ADM ESPECIALIZADO/ OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	5
163	DVRH/SEPP Divisão de Recursos Humanos/ Seção de Pagamento de Pessoal (escritório)	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL / TEC ADM ESPECIALIZADO	5
164	DVQN/SESMT/ADMINISTRATIVO Divisão de Recursos Humanos/ Seção de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho/ administrativo (escritório - Posto médico, segurança e almoxarifado)	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3
166	DVRH/SESMT/INS 20% A14 BIOLOGICO Divisão de Recursos Humanos/ Seção de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho/ Biológico (operacional - atendimento a pacientes)	TÉCNICO ENFERMAGEM DO TRABALHO	2
167	DVQN/SESMT/SEGURANÇA TRABALHO Divisão de Recursos Humanos/ Seção de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho/ Segurança do Trabalho (Administrativo/ operacional - almoxarifado)	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO/ ENGENHEIRO	5
168	DVRH Divisão de Recursos Humanos (escritório)	CHEFE DE DIVISÃO / ASSESSOR	2
169	GEAF/CONFORMIDADE Gerência Administrativo-Financeira/Seção de Conformidade (escritório)	TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	2
170	GIND/SEGPJ Gerência Industrial/Seção de Gestão de Projetos (escritório)	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO ENGENHEIRO	2
171	GIND Gerência Industrial	TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO / AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO / ASSESSOR	3

172	DVPRO/SEPRO/SEFER/FRESA HELICOIDAL Divisão de Produção/Seção de Produção/Seção de Ferramentaria/Fresa Helicoidal (operacional)	AUX TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1
173	DVQN/SEGQ/INSPEÇÃO SEPRO US2 Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Inspeção/Seção de Produção/Usinagem 2 (operacional - bancada)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
174	DVQN/SEGQ/INSPEÇÃO SEPRO US3 Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Inspeção/Seção de Produção/Usinagem 3 (operacional - bancada)	OFICIAL DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1
178	APGCI/FI Assessoria de Planejamento e Gestão e de Comunicação Institucional (escritório)	ASSESSOR	1
179	DVAPRO/SEREPI/ADM Divisão de Apoio a Produção/Seção de Rede Elétrica Piquete-Itajubá) (Administrativo operacional)	ASSESSOR	1
180	DVQN/SEGQ/METROLOGIA/SEFER Divisão de Qualidade e Normalização/Seção da Garantia da Qualidade/ Metrologia/ Seção da Ferramentaria (operacional - Teste em equipamentos de precisão)	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
186	DVAPRO/SEMNT/LIMPEZA Divisão de Apoio a Produção/Seção de Manutenção/ Limpeza (serviços gerais, exceto banheiro)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	5
187	GEAF Gerencia Administrativo-Financeira (escritório)	ASSESSOR	1
189	DVPRO/ APRENDIZ Divisão de Produção/Aprendiz (operacional - US1)	APRENDIZ	20
191	DVPRO/SEPRO/FORJAS/ADM/OP Divisão de Produção/Seção de Produção/Forjas/ Administrativo/ Operacional	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
193	L.E.P. Laboratório Ensaio de Produto (escritório e operacional)	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	2
195	DVADM/ SERVIÇOS GERAIS/ 40% INS BIOLÓGICO Divisão Administrativa/Serviços Gerais (operacional)	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	4
196	DVQN/ ASSISTÊNCIA TÉCNICA ADM Divisão de Qualidade e Normalização/Seção de Assistência Técnica/Administrativo (bancada)	TÉCNICO ADM ESPECIALIZADO	1
197	DVADM/ PORTARIA Divisão Administrativa/Portaria	TEC INDUSTRIAL ESPECIALIZADO	1
198	GIND/ PER Gerência Industrial	ASSESSOR CHEFE I	1

204	DVPRO/SEPRO/SEFER/INTERM/US1 Divisão de Produção/Seção de Produção/intermediarias/ Usinagem 1 (Operacional)	OF FERRAMENTARIA INDUSTRI-AL	1
TOTAL DE EMPREGADOS (podendo ter mudanças)			**611**

Totalizando 157 GHEs e 611 empregados (podendo ter mudança)

1.4. DA JORNADA E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.4.1 Os serviços serão prestados sob demanda, mediante solicitação formal do DVRH/SESMT da IMBEL – Fábrica de Itajubá, de acordo com a necessidade da administração, nas dependências da Fábrica de Itajubá, cidade de Itajubá, Minas Gerais, Av. Cel. Aventino Ribeiro, n° 1099 – Bairro IMBEL, CEP: 37501-345 para trabalho em campo e na localidade da contratada para trabalhos burocráticos.

1.4.2 As prestações dos serviços podem ocorrem entrevistas com os empregados:

EC – Empregados de Carreira;

ECC- Empregados de Carreira Comissionados;

ECFG – Empregados em Comissão de Funções Gratificadas;

ECLP – Empregados Comissionados de Livre Provimentos e Militares.

1.5 DOS SERVIÇOS

1.5.1 A Contratante fornecerá o Laudo Psicossocial para a contratada para análise em campo e analisar e verificar o plano de ação do laudo está de acordo com os parâmetros legais para ser executado.

1.5.2. Caso as ações estejam corretas com a legislação vigente, ir para o item 1.5.4.

1.5.3 Caso haja aperfeiçoamento realizar uma ratificação no item do plano de ação informando o novo plano de ação ou a retirada do item do plano de ação para aquele GHE.

1.5.4. O serviço será finalizado quando a contratada emitir Parecer Técnico do serviço executado solicitado neste termo de referência

1.6. DA VISITA TÉCNICA:

1.6.1 As empresas interessadas na execução dos serviços poderão realizar Visita Técnica nos locais onde serão desenvolvidas as atividades, com a finalidade de examinar detalhadamente as condições operacionais, estruturais e ambientais, bem como tomar conhecimento das características dos ambientes, eventuais dificuldades de execução e acesso ao laudo psicossocial para demais informações necessárias à adequada elaboração da proposta, bem como acesso será apresentado o laudo psicossocial.

1.6.1.1 A visita, quando realizada, deverá ser com o acompanhamento de representante designado pela Chefia da Fábrica. A Visita Técnica tem caráter orientativo, visando subsidiar a correta identificação dos fatores relevantes para a avaliação e execução dos serviços ao longo do contrato, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento das condições locais, tampouco justificativas relacionadas à omissão de obrigações ou ao descumprimento das exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.6.2 A empresa que optar em realizar a Visita Técnica deverá apresentar declaração formal de conhecimento das atividades e das áreas da Fábrica de Itajubá, devidamente assinada por seu representante legal ou preposto.

1.6.3 A Visita Técnica deverá ser previamente agendada por meio do telefone (35) 3629-9413 com Eng. George, a ser realizada de segunda a quinta-feira, no horário das 7h às 15h, e às sextas-feiras, das 7h às 14h, por representante devidamente credenciado pela empresa, até 1 (um) dia útil anterior à data prevista para a realização do certame.

1.6.3.1 A realização da Visita Técnica não constitui condição obrigatória para participação na licitação. Contudo, as licitantes que optarem por não realizá-la assumem integral responsabilidade pelas condições de execução dos serviços, não sendo admitidas, após a apresentação das propostas, quaisquer alegações de desconhecimento, inviabilidade técnica ou dificuldades não previstas.

1.7 OUTRAS OBRIGAÇÕES PARA A CONTRATADA

1.7.1 A contratada, além da prestação dos serviços, do fornecimento do Parecer Técnico do diagnóstico realizado para a Contratante se obriga a:

1.7.1.1 Em caso de contratação, apresentar Registro do empregado, ficha de EPI`S (para acesso nas áreas de riscos da empresa), se for o caso, e ASO (atestado de saúde Ocupacional), além de documento pessoal que contenha foto e CPF.

1.7.1.2 Assumir responsabilidade integral pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

1.7.1.3 Selecionar, treinar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas tendo vínculo com a contratada.

1.7.1.4 Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja tida como inconveniente pela Administração;

1.7.1.5 Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;

1.7.1.6 Manter sediados junto à Administração, durante o horário de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

1.7.1.7 Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados em até quarenta e oito horas, quando for o caso;

1.7.1.8 Identificar e listar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade que forem utilizados para a execução dos serviços, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante, encaminhar com antecedência para liberação de entrada, caso houver;

1.7.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

1.7.1.10 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

1.7.1.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas de segurança conforme treinamento realizado no processo de integração realizada pela SESMT da Contratante;

1.7.1.12 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante, conforme orientação da SESMT;

1.7.1.13 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

1.7.1.14 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

1.7.1.15 Adotar boas práticas de sustentabilidades baseadas na otimização e economia de recursos evitando a poluição ambiental;

1.7.1.16 Providenciar a substituição dos funcionários ausentes ou em gozo de licenças ou férias regulamentares, quando for o caso;

1.7.1.17 Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPIs) em bom estado de conservação aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

1.7.1.18 A contratada se obriga entregar mensalmente para a Contratante na Seção de Recursos Humanos uma relação contendo todos funcionários que estão contratados para prestação dos serviços definidos neste termo, contendo também os comprovantes de todas as obrigações trabalhistas, tais como: pagamento de salários (Folha de Pagamento), férias, 1/3 de férias, 13º salário, rescisões, multas, vale-transporte, ticket alimentação/restaurante (se for o caso), recolhimento das obrigações sociais e outros encargos e obrigações trabalhistas (recolhimento do INSS, FGTS).

1.7.1.19 Além dos documentos trabalhistas descritos no item anterior, a Contratada deverá apresentar antes do início da prestação dos serviços, também na Seção de Recursos Humanos da Contratante, comprovação do registro de vínculo empregatício de seus funcionários.

1.7.1.20 Os documentos de comprovação de admissão e de prestação dos serviços mencionados anteriormente deverão ser atualizados sempre que houver alteração dos funcionários que prestarão serviços para a contratada ou por motivo de licença médica, maternidade, paternidade e outras previstas em Lei ou demissão do empregado em caso de substituição;

1.7.1.21 Comunicar com antecedência as alterações dos funcionários que prestarão os serviços para efetiva capacitação das normas e diretrizes da Contratante, conforme especificado anteriormente neste termo.

1.7.1.22 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016.

1.7.2 A contratada será responsável em enviar a seguinte documentação abaixo relacionada antes do início das atividades a SESMT no e-mail: sesmt.fi@imbel.gov.br

1.7.2.1 Apresentar cópia registro de vínculo empregatício com a empresa fornecedora do serviço;

1.7.2.2 ASO – Atestado de Saúde Ocupacional;

1.7.2.3 Documento pessoal com foto (CNH ou RG) que contenha o CPF,

1.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (A CONTRATANTE obriga-se a:)

1.8.1 Disponibilizar o local para a execução dos serviços.

1.8.2 Disponibilizar Laudo Psicossocial para análise.

1.8.3 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados (o pagamento será liberado somente se a empresa contratada estiver com todas as certidões Negativas vigentes)

1.8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por meio de um representante especialmente designado pela chefia de fábrica.

1.8.5 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços e prazo para a sua correção.

1.8.6 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas.

1.8.7 Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação sob demanda da Divisão de Recursos Humanos (DVRH/SESMT), em atendimento à determinação constante no MI da DRADM (SEI nº 0248167), de 20/07/2026,que tem por finalidade disponibilizar serviços especializados em Psicologia Ocupacional para atendimento às

demandas da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, Fábrica de Itajubá, visando fortalecer as ações do plano de ação do laudo Psicossocial a promoção da saúde mental, prevenção de riscos psicossociais e apoio às atividades do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em conformidade com a legislação vigente.

2.2. Para levantamento dos preços foram realizadas pesquisas no mercado e detalhada em planilha pelo setor de compras, a fim de auxiliar o pregoeiro na condução da licitação, cujos documentos estão anexados ao processo.

2.3. Para tal, esta Unidade Gestora recebeu provisões orçamentárias do Tesouro Nacional, de acordo com a Lei nº 15.321 de 31 de dezembro de 2025, publicada no D.O.U. de 31 de dezembro de 2025, demandando fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais na Administração Pública.

2.4. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades da Fábrica, requisitos fundamentais para utilização desse sistema, a saber: bens e serviços que não se pode definir previamente com exatidão devido ampliações e redefinição do organograma ou sistema organizacional e a pluralidade de órgãos beneficiados, ou seja, outros Órgãos poderão utilizar os preços registrados na correspondente Ata.

3. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

3.1. O objeto desta licitação deverá ser executado na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FI – Av. Cel. Aventino Ribeiro, n° 1.099, Bairro Imbel, Itajubá-MG, CEP: 37501-345, após o recebimento da respectiva Nota de Empenho, dispondo o contratado do prazo 30 (trinta) dias.

ANEXO II

Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante

PROPOSTA DE PREÇOS

Referência: Pregão Eletrônico nº 90XXX/202X (SRP)
Sr. Pregoeiro,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual sob o nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe à Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL® - FI), a prestação dos serviços abaixo especificados, em conformidade com o Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
				VALOR TOTAL	**R$**

Valor total da proposta R$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.

a) Nos preços acima estão incluídos todos os custos necessários à execução dos serviços, inclusive despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, taxas, seguros, transporte, alimentação, hospedagem (quando aplicável), equipamentos, ferramentas, materiais de consumo, administração, lucro e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários ao perfeito cumprimento do objeto desta licitação.
b) O prazo de execução do serviço será conforme disposto no **Termo de Referência do Edital**, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.
c) Os serviços serão executados nas dependências da IMBEL/FI, situadas na Av. Cel. Aventino Ribeiro, nº 1099, Bairro Imbel, Itajubá-MG, ou em outro local definido no Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.
d) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
e) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, comprometemo-nos a acusar o recebimento da Nota de Empenho, e a adotar as providências necessárias para o início da execução dos serviços, nos prazos estabelecidos no Edital. Para esse fim, indicamos o endereço eletrônico _____, bem como o(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____, _____ (cargo/função), como representante da empresa para os contatos relativos à contratação.
f) Dados bancários: Banco _____, Agência _____, Conta Corrente _____.
g) Declaramos, por fim, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, comprometendo-nos a executar os serviços em estrita observância às especificações e exigências constantes do Termo de Referência.

Local e data

_____
Nome e Cargo do Representante Legal da Empresa
Doc. Identidade nº

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL®
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2026PR000059
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026 (SRP)
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ..... dias do mês de ..... de 202X na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FI – Fábrica Itajubá, sob o CNPJ nº 00.444.232/0007-24, Sediado na Avenida Coronel Aventino Ribeiro, 1099 – B. Imbel, em Itajubá-MG, através de seu Pregoeiro, nos termos da Lei nº 14.133, de 1° de Abril de 2021, e dos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, nº 11.462, de 31 de março de 2023, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 900xx/202x, publicado no Diário Oficial da União e homologado pelo Ordenador, RESOLVE registrar os preços para o fornecimento conforme **Anexo I,** da presente Ata, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar, nos respectivos itens do certame acima numerado. A sequência da classificação das empresas também consta no processo acima.

Fica designado....., matrícula nº..... como fiscal da presente ATA para verificação do seu fiel cumprimento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para futura contratação de _____**,** para atender a demanda da IMBEL/FI, conforme especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Indústria de Material Bélico – IMBEL/FI - Fábrica Itajubá não será obrigada a contratar os serviços referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A IMBEL/FI poderá ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado deste certame, mediante prévia consulta e anuência da IMBEL/FI (Órgão Gerenciador), desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/16, no Decreto nº 11.462/2023 relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é igual ao valor especificado na última proposta negociada com a licitante vencedora, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº **900xx/202x.**
3.3 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº **000xx/202x**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços deverão ser executados na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FI – Av. Cel. Aventino Ribeiro, 1.099, Bairro Imbel, Itajubá-MG, CEP: 37501-345, após o recebimento da respectiva Nota de Empenho, dispondo o contratado do prazo de até **xx (xxxxx) dias para a execução.**

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - Os pagamentos serão feitos, por crédito em conta bancária, após a execução do serviço, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo mediante atesto da execução dos serviços nos documentos hábeis de cobrança.

5.1.1 - Para execução do pagamento de que trata o **item 5.1** desta Ata, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Indústria de Material Bélico do Brasil, sob o CNPJ nº 00.444.232/0007-24, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

5.1.2 - Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.1.3 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

5.2 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a IMBEL/FI.

5.3 - A liberação dos pagamentos ficará condicionada após verificação prévia a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta "on-line" feita pela IMBEL/FI, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória de regularidade fiscal perante (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e INSS), e no portal do TST, quanto à Certidão Negativa de Dívidas Trabalhistas; no portal do CNJ, quanto à condenação por Improbidade Administrativa; ao CADIN; ao Portal da Transparência; ao Portal da Transparência/CEIS, e ao Portal do TCU, para a verificação de empresa inidônea, devendo a contratada estar com toda a sua documentação obrigatória válida.

5.4 - Diante da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela IMBEL, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Quando for o caso, serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - A contratação decorrente desta Ata de Registro de Preços será formalizada por intermédio de Nota de Empenho, quando a prestação dos serviços ocorrer de forma única e não houver obrigações futuras, ou por meio de Nota de Empenho e contrato, quando a natureza da contratação exigir a formalização de obrigações futuras, na forma da legislação aplicável.
6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todas as solicitações de serviços efetuadas durante a vigência desta Ata, ainda que sua execução esteja prevista para data posterior ao término de sua vigência.
6.3 - Caso os serviços executados não atendam às especificações, aos requisitos de qualidade ou aos níveis de desempenho estabelecidos no Edital e no Termo de Referência do Pregão que precedeu a presente Ata de Registro de Preços, a contratada deverá refazê-los ou corrigir as inconformidades apontadas, no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus para a IMBEL/FI, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
6.4 - Cada prestação de serviço será autorizada mediante solicitação da IMBEL – FI, por meio da emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço, conforme o caso.
6.5 - Após a execução dos serviços, a contratada deverá apresentar a correspondente Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada da documentação exigida para fins de recebimento.
6.6 - A empresa contratada, ao receber a Nota de Empenho / Ordem de Serviço ou documento equivalente emitido pela IMBEL/FI, deverá registrar, na via que a acompanhar, a data e a hora do recebimento, bem como a identificação do responsável pelo seu recebimento.
6.7 - A via da Nota de Empenho / Ordem de Serviço ou documento equivalente mencionada no item anterior deverá ser devolvida ao requisitante, para ser anexada aos processos correspondentes.
6.8 - Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preços:

6.8.1 - O recebimento provisório e definitivo dos serviços ocorrerá conforme previsto no Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.8.2 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e da Ata que vier a ser assinada.

6.8.3 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente a IMBEL/FI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

6.8.4 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da IMBEL/FI.

6.8.5 - Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

6.8.6 - Prestar esclarecimentos a IMBEL/FI sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

6.8.7 - Conforme estabelecido no Decreto 11.462/2023, nas contratações adicionais, limitados ao quíntuplo dos quantitativos registrados na Ata, poderá o fornecedor, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

6.9 - Caberá a Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL/FI.

6.9.1 - Efetuar as solicitações de prestação de serviço, de conformidade com as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

6.9.2 - Proporcionar as condições necessárias para a adequada execução dos serviços.

6.9.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto desta licitação.

6.9.4 - Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

7.2 - As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.3 - A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

7.3.1 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura da Ata de Registro de Preços; do Contrato e do recebimento da Nota da Empenho;

7.3.2 - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do serviço não executado, observado o prazo de entrega constante no Anexo I, limitada a incidência de 30 (trinta) dias;

7.3.3 - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da avença;

7.3.4 - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de situação irregular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho;

7.3.5 - Multa de 15% (quinze por cento), pela inexecução total ou parcial do fornecimento contratado incidente sobre o valor do material não entregue, por período superior a 30 (trinta) dias. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante cancele, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

7.3.6 - A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

7.3.7 - As multas quando não descontadas deverão ser colocadas à disposição da IMBEL-FI em sua administração, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

7.3.8 - Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a IMBEL-FI fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

7.3.9 - O faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com a IMBEL-FI enquanto não quitar as multas devidas;

7.3.10 - A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (guia de recolhimento da União), no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do dia útil imediato ao recebimento da notificação enviada pela IMBEL e o recibo entregue na Divisão de Finanças da IMBEL**;**

7.3.11 - Em caso de não pagamento da multa pelo licitante, a mesma será cobrada judicialmente pela IMBEL**;**

7.3.12 - Se o adjudicatário recusar-se a assinar o Termo de Contrato ou se recusar a receber a Nota de Empenho, injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, sem prejuízo

das sanções previstas, serão convocados os licitantes remanescentes para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, na forma da lei;

7.3.13 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa;

7.3.14 - Para aplicação das sanções, será observado o devido processo legal, por intermédio da instauração de processo administrativo previsto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1 - A avença a ser firmada poderá sofrer reajuste de preços, obedecendo a seguinte regra:

8.1.1 - o primeiro reajustamento poderá ocorrer após decorridos 12 (doze) meses, contados a partir da data efetiva da proposta de preços;

8.1.2 - os reajustes subsequentes ocorrerão decorridos 12 (doze) meses, a contar da data do primeiro reajustamento;

8.1.3 - será admitido pela Administração o reajustamento com base no índice do IPCA, sobre o valor praticado no contrato;

8.1.4 - caso ocorra a extinção do índice fixado pela Administração, as partes em comum acordo, elegerão novo índice para reajuste;

8.1.5 - o preço do contrato será reajustado para mais ou para menos, de acordo com a variação do índice indicado no item 8.1.3 com base na fórmula abaixo, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano (12 meses), contados da data limite para apresentação da proposta (redação dada pelo Decreto nº 1.110, de 13/04/1994) - Decreto nº 1054, de 07/02/1994:

I - Io

R = V _____ , onde:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I= índice relativo à data do reajuste

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O serviço objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela IMBEL/FI, consoante o disposto no Art. 182 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL e demais normas pertinentes.

9.2 - A cada fornecimento do material, será emitido recibo nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 3.555/2000, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - As Atas de Registro de Preços, decorrentes desta licitação serão canceladas de pleno direito pela Administração, assegurado o contraditório e à ampla defesa, quando:

10.1.1 - Por decurso de prazo de vigência;

10.1.2 - Não restarem fornecedores registrados;

10.1.3 - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

10.1.4 - A detentora não retirar o pedido de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.1.5 - A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de Registro de Preços;

10.1.6 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente de Registro de Preços;

10.1.7 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, após prévia convocação para negociação com o fornecedor. Caso frustrada a negociação o fornecedor será liberado, sendo convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.1.8 - Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa;

10.1.9 - As detentoras, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

10.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 10.1, Cláusula Décima, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

10.4 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na **Cláusula Sétima** desta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DOS PEDIDOS DE COMPRA

11.1 - Os fornecimentos do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, pelo Ordenador de Despesas da IMBEL/FI;

11.2 - A emissão das ordens de compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo almoxarife, quando da solicitação dos itens.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, independentemente de transcrição, implicando em plena aceitação, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como a proposta vencedora do certame;

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, e pelos Decretos nº 11.462/2023 e nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, localizado em Pouso Alegre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

13.2 - E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ATA em 02 (duas) vias de igual teor, forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelas partes.

Itajubá-MG, de de 202x.

_____

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

_____

FORNECEDOR (nome da empresa)

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL/FI/MG

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2026PR000059

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90059/2026 (SRP)

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

RELAÇÃO DA EMPRESA BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência das propostas apresentadas e homologadas no certame licitatório de que trata o Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 900xx/202x, ficam registrados, para execução do serviço descrito no objeto, no período de 12 (doze) meses a contar da publicação da Ata no Diário Oficial da União – DOU, os preços unitários e respectivas licitantes classificadas por item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				R$	R$
2				R$	R$
VALOR TOTAL GLOBAL					**R$**

Valor total da proposta R$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.

ANEXO V – MODELO DE CONTRATO

	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____-5-202x

PROCESSO ADMINISTRATIVO IMBEL Nº_____/202x-___
PREGÃO ELETRÔNICO IMBEL Nº____/_____
VALOR: R$_____(_____)

CONTRATO DE _____ _____, QUE ENTRE SI CELEBRARAM A INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL® E A EMPRESA_____.

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, constituída pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº 01/2026, realizada em 28/01/2026, registrado perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCISDF, em 19/02/2026, conforme NIRE 53500000275 e sob nº 2968375, publicado no Diário Oficial União de 24/02/2026, Seção 1, páginas 15 a 21, arquivado e publicado na JUCISDF sob nº 2978251, em 27/02/2026, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis, classificada como Empresa Pública Dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e da Portaria nº 289, de 29/05/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, publicada no DOU, Seção I, de 30/05/2008, com capital integralmente subscrito pela UNIÃO, inscrita no CNPJ/MF sob n° 00.444.232/0001-39, com SEDE e foro na cidade de Brasília - Distrito Federal, localizada no Quartel General do Exército, Bloco "H", 3° Pavimento, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília - Distrito Federal, CEP: 70630-901 e com **FILIAL**, denominada FÁBRICA DE ITAJUBÁ – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.444.232/0007-24, Inscrição Estadual nº 324.219.741.0138, localizada na Avenida Coronel Aventino Ribeiro, n°1099, bairro Imbel, Itajubá- MG, CEP: 37.501-345, neste ato representada na forma do seu Estatuto, pelo Sr. O. T. – CEL R/1, RG xxx.104.xxx-x MD/EB denominada **CONTRATANTE,** e, de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXXXXX** sediada Rua XXXXXXXXXX, nºXXX, XXXXX-XX, CEP:XXXXX-XXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX-XX e Inscrição Estadual nºXXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal Sr. XXXXXXXXXX, RG nºXXXXX SSP/SP e CPF nº XXXXXXXXXXX, denominada **CONTRATADA,** consoante o que consta do Processo Administrativo IMBEL® nº 202xPR0000xx referente ao Pregão Eletrônico IMBEL® nº 900xx/202x, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela proposta da **CONTRATADA**, no que couber, independentemente de suas expressas transcrições, pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27 de dezembro de 2016, pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, aprovado na 368ª Reunião do Conselho de Administração da IMBEL®, ocorrida em 18/09/2023, conforme **Resolução nº 19/2023-CA-IMBEL®, de 18/09/2023,** e pelas cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de _____, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Contrato e no Termo de Referência – TR**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO SERVIÇO A SER EXECUTADO

2.1 Os serviços em questão devem ser executados em observância às normas e procedimentos legais de _____ pelas legislações, societária, previdenciária, trabalhista e fiscal, bem como de outras normas específicas aplicáveis à IMBEL®.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A execução do serviço terá início em ___/___/_____.

3.2 A execução do serviço será considerada concluída após a entrega _____ até o dia __/__/____;

3.3 O prazo de entrega poderá ser alterado desde que mediante comum acordo celebrado entre as partes signatárias;

3.4 Os serviços elencados na Cláusula Segunda deste Contrato devem ser realizados na _____.

CLÁUSULA QUARTA – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

4.1 Os serviços devem ser executados de acordo com os parâmetros que melhor se ajustarem à operacionalização das atividades necessárias à execução do constante do escopo proposto e que atendam ao interesse público, também tutelado pela IMBEL®.

4.2 A execução dos serviços de_____ deve ser iniciada após a assinatura do presente contrato, de forma que sejam concluídos até ___/___/_____, conforme prescrito na Cláusula Terceira deste instrumento.

4.3 Como resultado dos trabalhos executados, devem ser _____.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 O objeto do presente Contrato será executado pela **CONTRATADA** sob o regime de (forma fornecimento) _____.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1 O valor global para a prestação dos serviços mencionados no presente **CONTRATO**, consoante o contido na proposta da **CONTRATADA**, é de R$_____(_____).

6.2 Os preços dos serviços tratados neste **CONTRATO** são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa orçamentária para a execução do presente **CONTRATO** correrá por conta da Natureza de Despesa __.__.__, PI _____ e Fonte de Recursos_____.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Os serviços contratados devem ser concluídos até ___/___/____, sendo finalizado com a entrega _____ realizadas de acordo com o prescrito no item 4.2 da Cláusula Quarta deste **CONTRATO**.

8.2 O prazo de entrega poderá ser alterado desde que mediante comum acordo celebrado entre as partes signatárias, conforme previsto no item 3.3 da Cláusula Terceira deste **CONTRATO**, condição também prevista no item _____do **Termo de Referência.**

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 Este **CONTRATO** terá a vigência de _____ meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas previstas neste instrumento e nos termos de sua proposta.

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por empregado da IMBEL® especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas identificadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados da **CONTRATADA** eventualmente envolvidos, encaminhando seus apontamentos à autoridade competente para a adoção das providências cabíveis.

10.3 A ação ou a omissão do seu papel de fiscalizadora por parte da **CONTRATANTE**, seja total ou parcial, não exime a **CONTRATADA** da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados, que são de sua inteira e exclusiva atribuição e competência, na forma de legislação vigente, dos termos aqui estabelecidos, bem como do preconizado no Termo de Referência.

10.4 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços ora contratados, fixando prazo para a sua correção.

10.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto aqui tratado;

10.6 Proporcionar todas as condições para a execução das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento, permitindo, inclusive o acesso aos técnicos, prepostos e/ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE**.

10.7 Rejeitar os serviços prestados em desacordo com as condições estabelecidas neste **CONTRATO**, em até _____ dias úteis, contados a partir da entrega pela **CONTRATADA**, mediante termo circunstanciado celebrado entre os gestores dos entes signatários.

10.8 A **CONTRATANTE** somente deve considerar aceitos definitivamente os serviços prestados após o saneamento das irregularidades mencionadas no item anterior, o que deverá ser atestado, mediante atesto em termo circunstanciado celebrado entre os gestores dos entes signatários.

10.9 Fornecer termos de capacidade técnica sempre que requeridos, desde que cumpridas as obrigações contratuais da parte da requisitante.

10.10 Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação dos serviços, nos prazos e nas condições aqui pactuados.

10.11 Proceder às retenções tributárias sobre o valor na Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA**, sempre que devido.

10.12 Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Executar os serviços de acordo com as especificações deste **CONTRATO** e da proposta da **CONTRATADA**, com a alocação dos empregados suficientes ao cumprimento das cláusulas contratuais, bem como de cumprir todos os requisitos por intermédio deste instrumento estabelecidos, de acordo com as condições gerais e prazos para a prestação dos serviços assentados no **Termo de Referência,** responsabilizando-se pelas despesas de deslocamentos de técnicos, pagamento de diárias, hospedagem de demais gastos relacionados à equipe técnica, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

11.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

11.3 Manter seus empregados nos horários pré-determinados pela IMBEL® (alterar conforme processo).

11.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços contratados, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990),

ficando a **CONTRATANTE** autorizada a descontar do pagamento devido à **CONTRATADA** o valor correspondente aos danos por ela sofridos.

11.5 Utilizar, somente, de empregados habilitados e com conhecimentos básicos acerca dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações vigentes.

11.6 Vedar a utilização, durante a execução dos serviços ora contratados, de profissionais que sejam familiares de empregados ocupantes de cargo de confiança ou função gratificada no âmbito da IMBEL, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

11.7 Apresentar os empregados prestadores de serviços devidamente identificados por intermédio de crachá.

11.8 Fornecer à **CONTRATANTE**, quando por ela requisitado, relação nominal dos empregados prestadores de serviços que adentrarão às instalações da IMBEL® para execução do objeto deste **CONTRATO**.

11.9 Assumir e responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e todas as demais previstas na legislação vigente, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **CONTRATANTE**, como também por quaisquer danos que eventualmente venham a ser causados por seus empregados no que se refere aos serviços executados para consecução do objeto deste **CONTRATO.**

11.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de aderir às normas internas da IMBEL®.

11.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os sobre a vedação de executar atividades não abrangidas por este **CONTRATO**, devendo a IMBEL® relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar a caracterização de desvio de função.

11.12 Credenciar junto à IMBEL® um representante para prestar esclarecimentos e atender prontamente às reclamações que porventura surgirem durante a execução dos serviços contratados.

11.13 Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência de irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, para fins de correção.

11.14 MANTER durante a vigência deste **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificações previstas no **Termo de Referência**.

11.15 Guardar sigilo sobre os dados cadastrais e todas as informações obtidas em decorrência do presente **CONTRATO**, sendo vedado, sob qualquer argumento, utilizá-las em benefício próprio, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento, por eventuais perdas e danos, sujeitando-se às cominações legalmente estabelecidas.

11.16 Prestar todo e qualquer esclarecimento solicitado pela IMBEL® no que diz respeito ao objeto do **CONTRATO** em questão.

11.17 Proceder ao reprocessamento de documentos e/ou relatório, total ou parcialmente, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando da identificação de procedimentos em desacordo com o prescrito neste **CONTRATO**, dentro do prazo solicitado.

11.18 Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, as dificuldades de qualquer ordem ou natureza que eventualmente surjam durante a execução deste **CONTRATO**.

11.19 Os serviços devem ser executados não obstante de contratempos internos enfrentados pela **CONTRATADA**.

11.20 Não serão aceitos atrasos ou interrupções que gerem prejuízo aos prazos constantes neste **CONTRATO**, exceto por motivo de força maior devidamente comprovado pela **CONTRATADA**, conforme prescrito na legislação vigente.

11.21 A **CONTRATADA** deve observar, durante a execução de suas atribuições contratuais, o cumprimento das diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o previsto no art. 225 da Carta Magna de 1988, em conformidade com o art. 27 da Lei n° 13.303/2016, da definição contida no inciso LXXVIII do art. 6 e do prelecionado no art. 26 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL® de 2023.

11.22 Demais obrigações constantes do **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 Considerando que a exigência de caução pode implicar em tolhimento da competitividade, atitude vedada pela lei, implicando na inviabilidade de participação de interessados que, embora possuam capacidade de oferecer o objeto pretendido, encontram óbice, empecilho ou desestímulo na utilização de valores como garantia contratual, bem como a contratação deste serviço ser comum, constante e corriqueira, justifica-se como desnecessária a implantação de garantia no presente caso específico, a teor do artigo 151 do Regulamento de Licitações da IMBEL®, combinado com o artigo 70 da Lei 13.303/2016, os quais facultam a exigência de prestação de garantia dependendo do caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 (Não ou será) admitida subcontratação parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados todos os requisitos de habilitação e qualificação ora exigidos, sejam mantidas as demais condições deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, bem como quanto à qualidade do produto resultante dos serviços relacionados na Cláusula Primeira deste instrumento, fica a cargo do Fiscal do Contrato a ser designado para essa finalidade e, na falta deste, por substituto designado pela área demandante, neste caso o Departamento de Gestão Administrativa, Finanças e Contabilidade - DPFC, a quem também caberá dirimir dúvidas que surgirem durante a execução do serviço.

15.2 O Fiscal do Contrato deve ter a experiência necessária para acompanhamento e controle durante a execução dos serviços provenientes deste **CONTRATO**.

15.3 A verificação da adequada prestação do serviço deve ser realizada conforme critérios preestabelecidos no **Termo de Referência**.

15.4 Não se admite que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços por ela prestados.

15.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará na aplicação das sanções administrativas previstas neste **CONTRATO**, na legislação vigente e nos artigos 187 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, em consonância com disposto entre os artigos 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 Os serviços devem ser provisoriamente recebidos pelo Fiscal do Contrato ou Comissão Fiscalizadora no ato de sua entrega por parte da **CONTRATADA**, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e neste **CONTRATO**.

16.2 Os serviços devem ser definitivamente recebidos em um prazo de até____ (___) dias úteis, podendo ser prorrogado a depender da complexidade, dimensão e quantitativo do objeto, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório pelo Fiscal do Contrato ou Comissão Fiscalizadora, após a verificação da qualidade e da quantidade dos serviços executados, dos materiais empregados, com a consequente aceitação mediante elaboração de termo circunstanciado e atesto na fatura ou na Nota Fiscal, cuja manifestação formal é imprescindível para o pagamento à **CONTRATADA.**

16.3 Na hipótese de a verificação a que se refere ao subitem 16.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, salvo naquelas situações nele excepcionalizados, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo do dia do esgotamento do prazo.

16.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução contratual.

16.5 Os serviços poderão ser rejeitados, totalmente ou parcialmente, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do **Termo de Referência** ou neste **CONTRATO**, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo Fiscal ou Comissão de Fiscalização, às custas da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades provenientes do descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS FORMAS DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento pelos serviços descritos neste instrumento contratual será efetuado em parcela única (alterar conforme processo), ficando condicionado ao Termo de Aceite emitido pelo Fiscal ou Comissão de Fiscalização, em ___ (____) dias úteis após a entrega de _____ e da apresentação de Nota Fiscal/Fatura correspondente.

17.2 Na ocorrência de erros na(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) Serviço(s)/Fatura(s) ou situação que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvidas(s) e o pagamento ficará pendente até que as medidas saneadoras sejam providenciadas pela **CONTRATADA**.

17.3 Na hipótese acima mencionada, a contagem do prazo para pagamento será iniciada após a correção dos erros identificados e reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a IMBEL®.

17.4 O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA através de ordem bancária, devendo para isso ficar explicitado o nome da instituição financeira recebedora, agência, localidade, número da operação, quando for o caso, e número da conta-corrente na qual deverá ser depositado o crédito, que ocorrerá após a entrega dos equipamentos e mediante a aceitação e atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) Serviço(s)/Fatura(s).

17.5 Deve ser realizada consulta "on line" ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para a verificação de sua situação, no que diz respeito às condições exigidas para contratação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos processuais próprios.

17.6 Constatada a não regularidade junto ao SICAF e/ou CADIN, a **CONTRATADA** será acionada para que no prazo de____ (_____) dias úteis regularize a sua situação, contados da data da notificação.

17.7 Não sendo regularizada a situação no prazo acima estabelecido, o **CONTRATO** poderá ser rescindido e a **CONTRATADA** sujeita às multas estabelecidas no **Termo de Referência** e/ou neste instrumento contratual.

17.8 Dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** serão descontados os impostos e contribuições de acordo com os ditames estabelecidos na legislação de regência.

17.9 O pagamento somente será efetuado quando do recolhimento de eventuais multas que tenham sido impostas à **CONTRATADA** em decorrência de inadimplemento contratual.

17.10 A IMBEL® reserva-se o direito de suspender o pagamento caso os serviços sejam entregues em desacordo com o **Termo de Referência**.

17.11 Diante da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela IMBEL, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)/365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17.12 Quando for o caso, serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete condutas reprováveis e passíveis de sancionamento, nos termos da Lei 13.303/2016 e dos artigos 187 a 192 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, de 18 de Setembro de 2023, a **CONTRATADA** que:

18.1.1 Não atender, sem devida e tempestiva justificativa, à convocação da IMBEL® para assinatura do **CONTRATO**;

18.1.2 Apresentar documento falso em qualquer procedimento licitatório ou processo administrativo instaurado pela IMBEL®;

18.1.3 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente o processo de contratação, caracterizando má-fé na relação contratual;

18.1.4 Incorrer em inexecução contratual;

18.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste **CONTRATO**, a IMBEL® pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

18.2.1 Advertência quando do ato praticado não acarretar prejuízo à IMBEL®, suas instalações, seus integrantes, imagem, meio ambiente ou a terceiros, devendo ocorrer o registro do ato no SICAF;

18.2.2 Multa de ___% (___) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela do serviço não entregue, até o limite de ___ (___) dias;

18.2.3 Multa compensatória de ___% (_____) sobre o valor do **CONTRATO** pela inexecução total ou parcial injustificada ou que a justificativa não seja acatada pelo Fiscal/Comissão de Fiscalização por período superior ao mencionado no subitem anterior;

18.2.4 Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a IMBEL®, por até 2 (dois) anos, registro no SICAF e no CADIN, de acordo com o preconizado no artigo 23 da Lei nº 12.846, de 2013, e virtude do cometimento de fraude fiscal, pela prática de atos ilícitos no intento de prejudicar os objetivos almejados pela IMBEL® por intermédio do presente **CONTRATO**, pela manifesta demonstração de inidoneidade para contratar com a IMBEL® em virtude do cometimento de atos ilícitos, bem como por falhar ou fraudar na execução do presente **CONTRATO**;

18.2.5 As penalidades de multas decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si e poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as sanções previstas nos subitens 18.2.2 e 18.2.3, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

18.3 A aplicação de qualquer das penalidades acima elencadas realizar-se-á por intermédio de procedimento administrativo que garantirá à **CONTRATADA** o pleno direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada pela IMBEL®.

18.4 Após o processo administrativo pertinente, as importâncias decorrentes das multas aplicadas e não recolhidas nos prazos estipulados nas notificações correspondentes, devem ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela IMBEL®, ou ainda, conforme cada caso, judicialmente cobradas.

18.5 A autoridade competente, quando da aplicação das sanções, deve considerar a natureza e a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano gerado à IMBEL®, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

18.6 As penalidades devem, obrigatoriamente, ser registradas no SICAF, nas situações e momentos para as quais foram estabelecidas, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente a critério da IMBEL após a análise das circunstâncias que ensejaram sua aplicação.

18.7 Aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

18.8 Concluída a instrução processual, a **CONTRATADA** será intimada para, se assim desejar, apresentar razões finais num prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** poderá ensejar na sua rescisão, com a repercussão das consequências cabíveis.

19.2 Constituem razões para a rescisão contratual:

19.2.1 O descumprimento de obrigações contratuais;

19.2.2 A subcontratação parcial do objeto, cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda aos pré-requisitos habilitatórios e sem prévia e expressa autorização da IMBEL®.

19.2.3 A fusão, cisão, incorporação ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando não admitidas no **Termo de Referência** e sem prévia e expressa autorização da IMBEL®.

19.2.4 O desatendimento das determinações legais e regulares expedidas pelo **Gestor ou Fiscal do Contrato**;

19.2.5 O reiterado cometimento de faltas durante a execução contratual;

19.2.6 A dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;

19.2.7 A decretação de falência ou insolvência civil do **CONTRATADO**;

19.2.8 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, cuja repercussão possa prejudicar a consecução contratual;

19.2.9 Razões de interesse da IMBEL®, de alta relevância e amplo conhecimento, expressamente justificadas no processo administrativo;

19.2.10 O atraso nos pagamentos devidos pela IMBEL® provenientes de serviços ou fornecimentos, como também de parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo nos casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, restando assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.2.11 A falta de liberação, por parte da IMBEL®, de área, local ou dos objetos e condições necessárias para a execução dos serviços nos prazos contratualmente especificados, bem como das informações prescritas no **Termo de Referência**;

19.2.12 A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, desde que esteja caracterizado o vínculo impeditivo da execução contratual;

19.2.13 A suspensão dos direitos da **CONTRATADA** de contratar e licitar com a IMBEL®;

19.2.14 O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, a não ser na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

19.2.15 Ter fraudado ou frustrado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo da Dispensa de Licitação;

19.2.16 Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

19.2.17 Ter afastado ou procurado afastar licitante, por intermédio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer natureza;

19.2.18 Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

19.2.19 Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

19.2.20 Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação de contratos celebrados pela Administração Pública, sem autorização em lei no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

19.2.21 Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; e

19.2.22 Ter prejudicado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades de controle ou agentes públicos, ou ter intervido em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e de órgãos do sistema financeiro nacional.

19.2.23 As práticas passíveis de rescisão definidas entre os incisos 19.2.15 e 19.2.22, podem ser definidas, entre outras, como:

a) Corrupta - oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da IMBEL® no procedimento aquisitivo ou na execução contratual;

b) Fraudulenta - falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o procedimento licitatório ou a execução contratual;

c) Colusiva - esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da IMBEL®, visando o estabelecimento de preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) Coercitiva - causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em procedimento licitatório ou afetar a execução contratual; e

e) Obstrutiva - destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

19.2.24 As práticas retromencionadas, além de acarretarem a responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão da responsabilização individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores ou gestores, enquanto autores, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013.

19.3 A rescisão do **CONTRATO** pode ser:

19.3.1 Por ato unilateral e escrito por qualquer uma das partes;

19.3.2 Amigável, em comum acordo entre as partes;

19.3.3 Por determinação judicial;

19.4 A rescisão por ato unilateral a que se refere o subitem 19.3.1, deve ser precedida de comunicação de escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada a outra parte com antecedência mínima de___ (____) dias úteis;

19.5 A rescisão amigável não é cabível nos casos em que forem constados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com procedimento apuratório ainda em curso.

19.6 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa ou responsabilidade da parte **CONTRATANTE**, este será ressarcido dos prejuízos que eventualmente tiver sofrido, quando devida e regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá, esta, ainda o direito a:

19.6.1 Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão; e

19.6.2 Pagamento referente ao custo de desmobilização.

19.7 A rescisão contratual por ato unilateral da IMBEL®, motivada por cometimento infracional passível de aplicação cominatória à **CONTRATADA**, entre as possibilidades elencadas neste instrumento contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento, ensejará na:

19.7.1 Assunção imediata do objeto contratado, pela IMBEL®, até então desenvolvido, no estado e local em que se encontrar; e

19.7.2 Retenção dos créditos contratuais decorrentes até o limite dos prejuízos causados à IMBEL®.

19.8 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos processuais, devendo ser assegurado o direito ao exercício prévio do contraditório e da ampla defesa;

19.9 A rescisão deverá ser formalizada por intermédio de Termo de Rescisão Contratual, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

20 Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual as condições prescritas no Termo de Referência, na Proposta da **CONTRATADA**, datada de ___/___/_____, no que couber, e demais documentos pertinentes, independentes de sua transcrição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

21.1 Aplica-se à execução deste **CONTRATO**, inclusive aos casos omissos, a Lei nº 13.303, de 2016, o Decreto nº 8.945 de 2016, a Lei Complementar nº 123, de 2006, a Lei nº 12.846, de 2013, o Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, aprovado na _____Reunião do Conselho de Administração da IMBEL, ocorrida em 18/09/2023, conforme **Resolução nº 19/2023-CA-IMBEL®, de 18/09/2023**, e as normas de direito civil acerca da matéria.

21.2 Todos os requisitos deste contrato podem estar sujeitos à Garantia da Qualidade Governamental (GQG). A CONTRATADA será notificado sobre quaisquer atividades de GQG a serem realizadas. conforme estabelecido no item 5.4.6.1 da AQAP. 2110

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

22.1 A **CONTRATADA** se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste **CONTRATO**, relativamente às obrigações por intermédio deste assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

23.1 Este **CONTRATO**, celebrado sob a égide do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, pode ser alterado nas hipóteses e limites expressos no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

24.1 O CONTRATADO pode aceitar, mantidas as demais condições contratuais, acréscimos ou supressões de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO.

24.2 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo supressões advindas de comum acordo celebrado entre as partes signatárias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS RECURSOS

25.1 Do ato de rescisão unilateral deste **CONTRATO** e da respectiva aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária e multa, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da intimação do ato, que deve ser dirigido à autoridade superior àquela que praticou o ato recorrido.

25.2 A intimação do ato de suspensão temporária deve ser efetuado por intermédio de publicação no Diário Oficial da União, e as de advertência ou multa registradas no SICAF e, concomitantemente, comunicadas por escrito à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

26 Caberá à **CONTRATANTE**, no prazo de até ___ (____) dias úteis a contar da assinatura do presente **CONTRATO**, providenciar a publicação de seu extrato no Site de Compras Governamentais, na página oficial da IMBEL® na internet e, sempre que couber, no Diário Oficial da União, visando assegurar sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

27 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 13.303 de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, bem como das demais normas aplicadas à matéria que não entrarem em conflito com o citado regramento legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

28 As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária _____, como competente para dirimir quaisquer dívidas suscitadas em razão do presente **CONTRATO** e que não puderem ser dirimidas de comum acordo.

Itajubá/MG, de de 202x.

_____

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL®

_____

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL®

_____

FORNECEDOR

Este Contrato foi examinado e aprovado pela ARI/_____ em _____/_____/_____

_____